

QUAIS CORPOS LGBTQIA+ CABEM NA ESCOLA E QUAIS SÃO DESTINADOS "AO LADO DE FORA"? VIOLÊNCIAS CONTRA CORPOS ABJETOS NO AMBIENTE ESCOLAR E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Rafael Mascarenhas Matos
*Mestrando em Estudos Culturais pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (PPGCult/CPAq/UFMS). Licenciado em História (UNIFRAN).
Email: proinforafael@gmail.com*

Simpósio Temático nº 14 – Diversidade e inclusão: Uma nova Pandemia?

RESUMO

Este ensaio originou-se à partir da realização de um curso de formação de professores e participação na disciplina optativa sobre as relações de gênero na educação do mestrado para se pensar sobre as violências contra corpos LGBTQIA+ no ambiente escolar e sobre a participação e importância do papel docente neste cenário. O trabalho possui como aporte os estudos e saberes decoloniais, feministas, e interseccionais principalmente, para problematizar as possibilidades desses corpos abjetos dentro da escola que ainda é atravessada pela dominação cisheteropatriarcal como norma operante que pedagogiza esses tais corpos para anteder os interesses sociais dominante, e que promove além de uma invisibilização desses (não)sujeitos, uma destinação ao seu lugar, o *lado de fora*. Problematiza-se então esse *lado de fora* e a escola enquanto espaço acessível mas nem sempre inclusivo.

Palavras-chave: Educação; gênero; sexualidade; LGBTQIA+; violência.

ABSTRAT

This essay originated from the completion of a teacher training course and participation in the optional subject on gender relations in master's education to think about violence against LGBTQIA+ bodies in the school environment and about the participation and importance of the role teacher in this scenario. The work has as contribution the studies and decolonial, feminist, and intersectional knowledge, mainly, to problematize the possibilities of these abject bodies within the school that is still crossed by the cisheteropatriarchal domination as an operating norm that pedagogizes these bodies to anticipate the dominant social interests, and which promotes, in addition to making these (non)subjects invisible, a destination for their place, the outside. This outside and the school as an accessible but not always inclusive space are problematized.

Keywords: Education; Gender; Sexuality; LGBTQIA+; Violence.

INTRODUÇÃO

Gustavo Lima¹, de 27 anos, foi encontrado morto na madrugada desta quinta-feira (14/10/2021). Ele lutava contra a depressão há anos e foi encontrado pelo irmão [...] na casa em que vivia com os pais [...] era voluntário dos pontos de vacinação contra a covid-19 em Campo Grande. No dia 21 de agosto [...] uma mulher recusou o atendimento dele, alegando que a filha adolescente não seria vacinada “por esse tipo de gente: um viado”. [...] “Aquilo deu uma reviravolta maior na vida dele, começou a tomar mais remédios, se sentiu muito triste” [...] descreve o irmão. (CAMPO GRANDE NEWS, 2021 – grifo meu).

A proposta para esse ensaio se originou durante a realização de um curso de formação de professores da rede de ensino sob a qual faço parte intitulado *Direitos Humanos e Políticas Públicas – Sexualidade e População LGBT*, e também da participação na disciplina optativa de *Gênero, Sexualidade, Educação*² durante o período do mestrado. Num dos módulos do curso de formação de professores mencionado havia a apresentação de seminários pelos cursistas e o tema era a violência sobre sexualidades marginalizadas na escola. O tema elaborado por participantes da formação envolviam experiências em suas respectivas escolas, incluindo a minha, e cada um e cada uma, teve a oportunidade de relatar casos onde a sexualidade de estudantes trouxe algum tipo de problematização nesses ambientes e para seus integrantes.

A violência contra corpos que não se encontram em concordância com os padrões hegemônicos da sociedade em relação ao gênero e as sexualidades são comuns dentro do ambiente escolar que carrega o discurso de “ambiente acolhedor às diversidades”. No entanto, pelas vivências e experiências relatadas não é sempre que isso ocorre. A sociedade majoritariamente é cruel quanto quem escapa dos padrões disseminando discursos de ódio revestidos do preconceito o que gera variadas formas de violência – como a verbalizada e um de seus efeitos é o caso do jovem dentista - conforme relato no

¹ A citação desse caso apesar de não ter ocorrido no ambiente escolar foi mencionada devido sua repercussão midiática ocorrida no dia do caso de lgbtfobia (datado em agosto) até a atual notícia sobre a morte do jovem dentista que coincidentemente aconteceu durante a escrita desse ensaio que trata sobre violência contra pessoas LGBTQIA+. Nesse sentido relatar aqui esse episódio tem duplo sentido de homenagem ao voluntário no combate à pandemia e também de visibilizar ainda mais a homofobia e suas consequências. “Jamais esqueceremos sua luta”, dizem familiares em despedida de dentista (CAMPO GRANDE NEWS, 2021), de 14/10/2021. Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/jamais-esqueceremos-sua-luta-dizem-familiares-em-despedida-de-dentista>>. Acesso em: 14/10/2021.

² Disciplina optativa cursada no Programa de Pós-graduação em Educação da UFMS Campo Grande, ministrada pela professora doutora e pós-doutora em educação Josiane Peres Gonçalves, pesquisadora dos processos de desenvolvimento humano e sobre relações de gênero e sexualidade na área da educação.

recorte acima do jornal eletrônico - e respaldados por uma sociedade atual em que tais discursos tentam se maquiarem de liberdade de expressão.

O curso ofertado além de inaugural no contexto territorial e setorial da formação de professores, chama atenção para alguns aspectos a serem considerados, como a baixa adesão num universo de docentes dessa rede onde figuram em média 42.500 profissionais (MEC, 2020, p. 43), haver aproximadamente 75 inscritos e uma média participante entre de 10 a 18 frequentes em aulas síncronas.

Dessa maneira, para pensar sobre as violências sobre as sexualidades (im)possíveis no ambiente escolar recorro aos estudos decoloniais, interseccionais, estudos feministas e estudos queer da área multidisciplinar e que estão, em certa medida conectados, e dados de órgãos nacionais ou internacionais. Sobre a formação de professores proponho pensar a partir da problemática em que termos como “gênero” e “orientação sexual” foram retirados da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e como professores podem/devem transgredir para que a escola seja não apenas acessível mas principalmente inclusiva como um espaço democrático para toda variedade de sujeitos que ali se encontram. E é sob essa realidade que recorro as leituras e debates ocorridos tanto no curso de formação quanto na disciplina optativa mencionada. Proponho nesse segmento o método de observação participante (Gil, 2008) por fazer parte da classe de professores possuindo nesse caso a experiência e vivência nesse território, além de uma breve pesquisa bibliográfica (Ibidem) para refletir sobre esses temas.

Enquanto ensaio, não existe a pretensão de algo conclusivo, mas principalmente de problematizar aquilo que é cada vez mais necessário e urgente, o debate sobre: quais vivências existem e quais são possíveis no ambiente escolar? E, em que medida, baseado nos dados, o corpo docente está preparado/engajado/disposto a lidar com a diversidade na escola?

VIOLENÇA DE GÊNERO E SEXUALIDADE EM ESPAÇOS ESCOLARES

[...] os próprios lugares escolares estão sob ameaça, seja pelas acusações que as temáticas de gênero e sexualidade estão sofrendo em torno de uma suposta ameaça à família e à sociedade, seja pela ideia de proibir que a escola ensine, implementando, em uma perspectiva da desescolarização, a escolarização familiar – Homeschooling. [...] nem uma coisa nem outra merecem seguir prosperando em nosso país, tendo em vista a importância dos espaços escolares

para o enfrentamento da violência em relação a gênero e sexualidade. (DUQUE, Tiago, 2021, n/p).

Há muito é consensual que a escola não é um ambiente acolhedor que por longo tempo foi reverberado. As variadas formas de violências encontradas na sociedade não reconhecem a divisão territorial da escola, tornando-se um campo minado para alguns indivíduos que dela fazem parte principalmente quando estão marcados em sua pele ou em suas performances o marcador do gênero e/ou sexualidades dissidentes.

Para a Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) a violência baseada em orientação sexual e identidade ou expressão de gênero é uma das formas da *violência baseada em gênero* (VBG) dentro das escolas. Segundo essa organização “Estudantes considerados em desconformidade com as normas sexuais e de gênero predominantes, incluindo estudantes lésbicas, gays, bissexuais ou transgênero são mais vulneráveis à violência na escola” (UNESCO, 2019, p. 23). Completa ainda no mesmo documento que a violência contra essa população quando não encontra apoio adequado – especialmente o familiar -, pode ter como efeito problemas de saúde mental, incluindo raiva, depressão, tristeza, estresse ou ansiedade (IBIDEM, p. 24).

De acordo com dados apresentados pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT, 2017) casos contra estudantes LGBTQIA+ no estado do Paraná por exemplo, dão conta de inúmeras agressões verbais – *bullying* -, além de relatos de 36% de agressões físicas e 60% alegaram insegurança na escola por serem pessoas LGBTQIA+³, dentre estudantes participantes da pesquisa apresentada.

O caso do estado paranaense relatado pela ABGLT não é uma exceção ao restante do país, mas um retrato dos demais estados. Diversas pesquisas, como aponta na própria nota da associação demonstram dados que não se distanciam do caso apontado. Tal cenário repercute nas considerações e recomendações da UNESCO para países da América Latina, onde está inserido o Brasil não apenas pelos números em que se apresentam, mas também por uma tentativa de eliminação de conteúdos LGBTQIA+ de livros didáticos e

³ Utilizo no texto a LGBTQIA+, no entanto é válido ressaltar que o movimento LGBT têm se atentado às mudanças históricas em que a sigla está constantemente passando por transformações desde a primeira e mais difundida GLS (Gays, lésbicas e simpatizantes). A opção pelo LGBTQIA+ é num sentido de facilitar a leitura nos momentos em que aparece, e através do + contemplos, em certa medida, as possibilidades de identidade possíveis.

do currículo - como também chama atenção o professor Tiago Duque no recorte introdutório dessa seção – por uma suposta e não científica mas largamente reverberada por políticos populistas, *ideologia de gênero*.

As violências mencionadas na pesquisa podem ocorrer em diferentes espaços e por diferentes formas e motivação, sendo “doméstica, política, policial, religiosa, criminal, simbólica, nas ruas, no trânsito, nas escolas, no campo, contra o jovem, a criança, a mulher, o idoso, o portador de necessidades especiais, o afro-descendente, o homossexual, entre outras (PRIOTTO; BONETI, 2009, p. 162). Ao encontrar no *bullying* como mais recorrente através da observação enquanto docente, tal prática que atua no campo da linguagem e do simbolismo, seus efeitos são tão nocivos quanto a violência física. Em alguns casos ainda mais grave quando não se têm o conhecimento por parte da equipe escolar pelo não relato das vítimas por motivos de não-exposição, medo, constrangimento, entre outros. Um exemplo de como esse tipo de violência é grave, que possamos refletir com mais cuidado o caso do jovem que foi apresentado no início desse trabalho.

Segundo Michel Foucault “As instituições escolares ou psiquiátricas com sua numerosa população, sua hierarquia, suas organizações espaciais e seu sistema de fiscalização constituem, ao lado da família, uma outra maneira de distribuir o jogo dos poderes” (FOUCAULT, 2013, p.54), nesse sentido “foi necessária, enfim, a instauração de toda uma tecnologia de controle que permitia manter sob vigilância esse corpo e essa sexualidade que finalmente se reconhecia neles (a escola [...]) (IBIDEM, p.138). O que Foucault demonstra ao analisar o proletariado do século 19, considera que o poder atravessa de diversas maneiras e instâncias as pessoas, normatiza as vivências através das instituições, dentre elas a escola para que estes sujeitos possam representar. Mesmo com uma análise à partir de um homem cis branco europeu – Michel Foucault -, é possível perceber as similaridades em realidades em nossa sociedade brasileira, especialmente como as normas e o poder definem os comportamentos dentro do ambiente escolar.

Nesse contexto é válido ressaltar que esse homem branco, *cis*, europeu – no caso de Foucault, mas não difere da realidade brasileira – é atravessado pela masculinidade

hegemônica⁴, que se institui em um topo que determinam abaixo dela as subordinadas, cúmplices e marginalizadas (Gonçalves, 2009).

Quando a filósofa Judith Butler assegura que “A matriz cultural por meio da qual a identidade de gênero se torna inteligível exige que certos tipos de “identidade” não possam “existir”” (BUTLER, 2020, p. 44), acrescentaria não apenas o gênero nesse trecho, mas também as sexualidades desviantes. Desse modo a atuação da heterocisnormatividade dentro dos ambientes escolares agem com os atravessamentos de poder sobre corpos que não estão concordantes com a matriz cultural hegemônica. Como as normas jurídicas tenta frisar uma igualdade entre os cidadãos, surge a chamada “tolerância”. Contudo ninguém precisa e deve ser tolerado e tolerada, mas sim respeitado e respeitada, como chama atenção Guacira Lopes Louro “desconfiamos até mesmo dos gestos “tolerantes” (LOURO, 2007, p.205).

Desse modo, a heterocisnormatividade sob o termo utilizado de “tolerância” auxilia na manutenção do corpo abjeto, que segundo o vocabulário crítico de Tomaz Tadeu da Silva assim considera sobre a abjeção

Na definição do dicionário, sinônimo de “imundo, desprezível, vil, baixo, ignóbil” [...] O abjeto separa o “eu” daquilo que o ameaça. Sua natureza, ambígua perturba a ordem da identidade. Na análise cultural, a noção de abjeto é estendida para abarcar tudo aquilo que ameaça o conforto da sensação de identidade e “mesmidade”: o monstruoso, o corpo feminino, o homossexual, o canibalismo, a perversão e a morte, o horroroso... (SILVA, 2000, p. 13).

A situação daquele corpo que não está apto para a vida sob a inteligibilidade cultural (Butler, 2020), que foge às normas, perturba, incomoda, em certa medida legítima – para alguns segundo sua construção social – a disseminação de violência seja no campo simbólico (Silva, 2000) como nas práticas de agressão física, onde reverbera um dito “direito” de mulheres, corpos LGBTQIA+, deficientes, pessoas negras, possam ser rejeitados por não fazerem parte do grupo dominante. Esses sujeitos que promovem tais práticas, sentem-se ratificados pela pedagogização social a que foram submetidos de uma matriz excludente, onde o homem, hétero, branco, cis, ocupa uma posição de dominação.

⁴ É entendido como masculinidade hegemônica “como aquela que garante a reprodução das situações de dominação dos homens em relação às mulheres” (GONÇALVES, 2009, p. 31). Nesse sentido podemos compreender nesse trabalho a masculinidade hegemônica também em relação aos corpos abjetos, especialmente aos marginalizados aqui pensados, já que de certa forma são compreendidos pela masculinidade como aproximações com as feminilidades.

Contudo, compreender esse lugar que incomoda e desestrutura o sistema hétero-cis-patriarcal-branco dentro do ambiente escolar é justamente valer-se do escárnio para transformá-lo em potência, como se observa atualmente em ambientes acadêmicos, e que aos poucos também tem encontrado ecos nos ambientes escolares.

PROFISSIONAL DOCENTE NA OUTRA PONTA DESSE DILEMA

Dentro do ambiente escolar existem inúmeros *atores* e *atrizes* que correspondem ao complexo social daquela instituição organizada em funções e hierarquias. Ao pensar sobre as questões de gênero e sexualidade que envolvem os estudantes e posteriormente seus efeitos conforme brevemente foi analisado na seção anterior sob uma perspectiva da(s) violência(s), na outra ponta dessa linha imaginária e que está diretamente envolvida com tais estudantes são os professores. A partir dessa ponta é que sugiro algumas considerações para que se possa problematizar e refletir juntamente com algumas e alguns pesquisadores das áreas envolvidas.

Portanto, ao considerar tanto as sexualidades na infância e o espaço escolar, a pedagoga e pesquisadora de gênero e sexualidade na educação infantil Constantina Xavier Filha constata que “[...] a sexualidade na infância, vista por educadoras e familiares, é um campo em que a vigilância é constante” (XAVIER FILHA, 2012, p. 20). A autora mais adiante ao citar Guacira Lopes Louro, ressalta que a escola atua de maneira a incentivar a sexualidade “normal” ao passo que também busca contê-la. Esse “acompanhamento” nada mais é do que a vigilância a que os corpos são submetidos, onde está atuando entre envolvidos, e que reforça a ideia de pedagogização de corpos para que cumpram seu papel social conforme dele é esperado. Caso esse corpo “falhe” nessa missão ao que foi predestinado, pode involuntariamente com o passar do tempo ser destinado a posição de abjeto por não estar preparado nessa inteligibilidade cultural (Butler, 2020).

Em vista disso surge o questionamento de como atender profissionais como os professores que estão nessa missão de contribuir para a formação de novos sujeitos? Penso que uma das possibilidades seja a discussão através de formações sobre a temática, como a que ocorreu comigo e inspirou essa discussão. Para além dessa possibilidade vale ressaltar que atualmente, como alertou o professor Tiago Duque mencionado logo no

início, o tempo presente demonstra uma complexidade e necessidade de habilidade para lidar com as temáticas no ambiente escolar, considerando que os termos “gênero” e “sexualidade” foram de tal forma demonizados por alguns segmentos políticos que tal abordagem é considerada uma transgressão contra determinados sujeitos. Não é possível ignorar tais sujeitos pois foi através dessa vitimização que se colocaram, conseguiram alguns marcos que na verdade retrocederam muitos avanços já conquistados na contramão do mundo sobre as vivências escolares.

Considero relevante abrir um parênteses para destacar que esse levante da suposta *ideologia de gênero* defendida por grupos religiosos e “conservadores”, foi largamente disseminada – não sob os mesmos termos – por Joseph Ratzinger⁵, o Bento XVI, para seguidores cristãos do mundo – Brasil com sua grande população cristã católica recebeu de braços abertos – dizerem um *não* ao que chamou de teoria de gênero e um *sim* para a união e casamento entre homem e mulher. Tais declarações originadas de uma pessoa como essa possui grande influência sobre o público a que se destina sua voz, tem por efeito reforçar, o que posteriormente no Brasil, motivos para a retirada⁶ dos termos “gênero” e “orientação sexual” da BNCC aprovada em 2017 a toque de caixa no congresso com grande interferência e contribuição da chamada *bancada evangélica*. Daí a importância devida e olhar atento a esses sujeitos que lutam por uma chamada “família tradicional” e conservação de “bons costumes”.

Dentro da escola ainda se reverbera, em grande escala, que professor é quem detém o saber, nesse sentido interfere em como o *outro* deve ser representado, de tal maneira esse profissional dita o que é considerado “normal” e o que não é. Tal responsabilidade têm interferência direta tanto na vida pessoal como social dos estudantes não se limitando ao território da escola.

Para a psicóloga e doutora em educação Elizabete Franco Cruz ao refletir sobre inclusão escolar e diversidade sexual recorrendo a Fernando Seffener (2009), enuncia

⁵ Para saber mais ver a reportagem completa *Cristão devem dizer não à teoria do gênero, diz papa* (G1, 2013), de 19/01/2013. Disponível em: < <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/01/papa-diz-que-cristaos-devem-dizer-nao-a-teoria-do-genero.html>>. Acesso em 16/10/2021.

⁶ A reportagem “*Gênero*” e “*orientação sexual*” têm saído dos documentos sobre Educação no Brasil. Por que isso é ruim? (Nova Escola, 2011), de 11/04/2017 faz uma breve discussão sobre os fatos históricos que levaram a retirada e possíveis impactos na educação. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/4900/os-termos-genero-e-orientacao-sexual-tem-sido-retirados-dos-documentos-oficiais-sobre-educacao-no-brasil-por-que-isso-e-ruim>>. Acesso em 16/10/2021.

“dimensões como a formação dos/das professores/as, a necessidade de preservar a escola como espaço público e laico e o desafio de fazer com que a chamada inclusão deixe de ser percebida como um problema” (CRUZ, 2011, p.86). Inclusão não está ligado ao sentido de incluir na escola, ou seja de acesso, mas no sentido de fazer parte, estar junto, onde as diferenças não sejam fatores limitantes para possibilidades *outras* de vidas. Sendo assim, ela questiona quais os sujeitos que cabem na escola?

Uma hipótese e que também concordo é de Furjo Torres Santomé (2020) quando analisa a necessidade de abordagens como a de gênero e sexualidade – mas não só, o autor desenvolve sua análise sobre outras categorias invisibilizadas – a qual denomina como currículo turístico, ou seja, a grosso modo, em determinados momentos e de maneira impessoal e até estereotipada é que acontecem as abordagens. Em outras palavras poderia ser entendido como os famosos “projetos temáticos” que circundam um movimento de engajamento social sobre algum tema – os meses através de cores poderiam ser pensados também, exemplo o outubro rosa. Para Santomé

É preciso que todo o professorado participe da criação de modelos de educação alternativos. Uma das maneiras de começar pode ser através da construção de materiais curriculares capazes de contribuir para um questionamento das injustiças atuais e das relações sociais de desigualdade e submissão (por exemplo, sexismo, racismo, classismo, etc.). (SANTOMÉ, 2020, p. 170).

Para além dessas possibilidades da formação e participação direta da equipe de professores, estudos de educação para democracia podem ainda ser uma contribuição promissora e substancial para tentar alcançar um resultado positivo, contudo pela limitação desse material não será possível essa abordagem mas que fica no espaço de futuras discussões.

É PRECISO IR MAIS AFUNDO, É PRECISO INTERSECCIONAR

As crianças e adolescentes que compõe o corpo discente da escola – e nesse caso estou me referindo à escola pública – são de permeados por diferenças: diferentes gêneros, de raça/etnia, de classe, entre os principais, e que nesse contexto é possível considerar até alguns casos de faixas etárias não tão lineares, para além da questão territorial de localização da instituição ou de onde este estudante reside.

E é nesse sentido que proponho pensar de modo sintético pela limitação aqui conferida sobre viés da interseccionalidade, conceito já amplamente difundido não apenas no meio acadêmico⁷ mas também fora dele através dos movimentos sociais e outros segmentos que estão em ambos⁸ e que tentam interseccionar e dar força as lutas políticas de grupos marginalizados.

Quando se posiciona a lente sob o funil da categoria gênero e das sexualidades é possível perceber o que Tomaz Tadeu da Silva (2000) e Judith Butler (2020) comentam sobre os *ainda não sujeitos*, ou os abjetos. Sendo ainda mais específico estamos falando daquelas vivências que causam maior estranheza, ou que chamam mais atenção dentro do ambiente escolar, as/os transexuais, a travesti, não-binários, a bicha afeminada PPP – pobre, preta e periférica -, a sapatão caminhoneira, entre outras possibilidades. Usando de termos carregados de estereótipos onde a humilhação se transforma em potência de um corpo político, já que sua vida é destinada pelos dominantes para a limitação justamente por conta desse corpo.

As pesquisadoras Jaqueline Gomes de Jesus (2014) e Sara Wagner York (2020) analisam em suas obras as vivências de pessoas trans⁹, inclusive interseccionando estas experiências. Nem sempre o indivíduo, ainda mais as crianças e adolescentes na escola, conhece ou se dá conta de que é atravessado por mais de uma categoria social que o condiciona. York cita sua experiência enquanto pessoa “não-branca” que apenas se deu conta dessa condição à partir de sua vivência em Londres ao ser mencionada como *mestiça* por um policial que tratava de um incêndio numa residência (YORK, 2020, p. 15).

⁷ Desde Kimberlé Crenshaw, Patricia Hill Collins, Avtar Brah, até pensadoras brasileiras como Lélia Gonzales, Luiza Barrios, Sueli Carneiro e Carla Akotirene, que na maioria iniciaram as discussões à partir de questões da categoria raça/etnia.

⁸ Como as pesquisadoras Jaqueline Gomes de Jesus e Sara Wagner York – além de muitas outras - em vários de seus estudos especialmente sob a categoria gênero e educação.

⁹ Utilizo o termo *trans* nesse trabalho como abreviação e remetendo ao termo de transgener(al)idades que compreende e separa identidades (transexuais e travestis) e funcionalidades (*drag queen*, *drag king*, *crossdressers*) conforme JESUS (2012,p.10). Para além dessas terminologias compreendo que a sigla LGBTQIA+ utilizada nesse trabalho contempla as diversidades sejam elas de identidades de gênero e de sexualidades. Esse registro é plausível a partir do momento que existem pessoas dentro e fora da academia que confundem e até misturam o significado de cada letra, considerando todos e todas integrantes como *homossexuais* ou de movimento homossexual, generalizando de forma simplista todos os estudos, movimentos e lutas que se encontram nessa(s) sigla(s).

A partir desse entendimento das categorias e seus atravessamentos, a professora Megg Rayara Gomes de Oliveira ao se referir às infâncias perigosas¹⁰ que estas “não têm cores, raças, orientações sexuais ou identidades de gênero. Têm apenas classe social, que é tomada como o marcador mais importante [...] da “infância universal” (GOMES DE OLIVEIRA, 2020, p. 87). Ao refletir nesse sentido sobre o que York e Gomes de Oliveira colocam, analisando no contexto escolar, em que indivíduos estão em processo de conhecimento e formação, cabe as pessoas adultas – especialmente professores – essa análise mais cuidadosa das individualidades.

Esse ponto levantado por Gomes de Oliveira, onde o marcador de classe chega primeiro na escola, promove uma invisibilização das demais, resguardando-lhes, como já mencionado o espaço de ações temáticas e dessa maneira não problematizada naquele ambiente com a devida atenção que merece. A mesma autora ainda considera que as vivências desses sujeitos não podem ser do centro e tampouco da margem, mas sim do *lado de fora*, que ali também é um lugar (IBIDEM, p. 77). Nesse momento voltamos a pensar no acesso e inclusão do espaço escolar direcionado por Cruz (2011). É lógico que a autora Gomes de Oliveira usa de metáfora, mas não fica longe de uma realidade quando esse *lado de fora* acaba sendo a realidade para estudantes que não conseguem viver diante da exclusão e não da não inclusão oferecida pela escola em um ou mais níveis de sua hierarquia. A bicha preta afeminada, a travesti, a/o trans, possuem corpos que na maioria das vezes têm linguagem própria, mesmo que tais sujeitos não digam uma palavra. Esse dizer pode ser determinante para o lugar a que lhe será destinado ou destinada, o *lado de fora*. Nesse momento observamos que o marcador classe – com toda sua real e necessária importância – é secundário para tais experiências escolares. Aqui o gênero e a sexualidade chegam primeiro. Essa criança que está na escola que não pode se governar ainda, é ensinada a governar os corpos dos outros, dos gayzinhos afeminados, viadinhos, bichinhas (Ibidem, p. 91), das sapatatas, das trans, travestis e outras. E é nesse governo que posições e destinações ocorrem.

Dessa maneira é mais fácil compreender que a criança homossexual, cis, branca, e de classe média não sofrerá a destinação ao *lado de fora* como as demais. Não significa

¹⁰ A mesma autora demonstra que as infâncias universais são aproximadas do modelo branco, cis heterossexual, magro, sem problemas de saúde física e mental e de classe média. Aquelas que passam “por um processo em que é vista como representante de uma “infância perigosa” [...] por colocar as infâncias universais em risco” (GOMES DE OLIVEIRA, 2020, p.87), são destinadas ao *lado de fora*.

dizer também que não terá contra si algum/alguns ataque/s, o que levantamos é a intensidade e os reais objetivos, afinal essa criança branca, cis e de classe média ou superior terá a passabilidade.

Por fim, nessa seção deixo o questionamento de Beatriz Preciado (2013) que leva o título de uma de seus estudos *Quem defende a criança queer?* Pois como faz o alerta a criança é pedagogicamente treinada enquanto dispositivo para que reproduza e naturalize a heterossexualidade. Acredito que caberia também pensar em: quem ensina a criança queer? São questionamentos provocativos para que essa discussão não se encerre e longe disso, se aprofunde através de outras pessoas que se sentirem instigadas a contribuir.

CONSIDERAÇÕES

As violências atuantes contra pessoas que de alguma maneira estão conectadas à sigla LGBTQIA+ são constantes em todos os campos sociais, sendo a escola um desses espaços sob o qual a violência atravessa essas vidas. É necessário compreender que violências, no plural mesmo, denota que as práticas no campo psicológico e simbólico jamais devem ser minimizadas em detrimento das agressões físicas. Seus efeitos podem ser devastadores para determinados indivíduos como o caso da reportagem no início do trabalho.

Tomando por empréstimo a expressão de Lélia Gonzalez ao pensar sobre a posição da mulher negra – e também do negro – “O lixo vai falar, e numa boa” (GONZALEZ, 1984, p. 225), e aqui *o* e *a* abjeto da escola também quer falar, também quer ser ouvido, também quer aprender e a produzir conhecimento, não quer apenas ser o subalterno ou subalterna destinado e destinada *ao lado de fora*. Como se faz para ouvir essas pessoas, colegas professores?

Talvez uma pista seja a sugerida por Santomé (2020) mencionada nesse trabalho, e através por exemplo, de uma reconfiguração – que Demerval Saviani – apresenta como uma Ação Pedagógica (AP) que é influenciada pela cultura de maneira arbitrária dos grupos dominantes sobre os dominados. O professor em seu papel de Autoridade Pedagógica (AuP) (SAVIANI, 2012, p. 18), poderia através dessa reconfiguração, ou

transformação, contribuir para um maior debate entre o corpo docente escolar numa averiguação de fazer que a escola seja inclusiva.

A partir dessa compreensão os atravessamentos das categorias sobre estudantes poderão ser mais visíveis e talvez melhor entendidos pelo corpo de professorado. Registro que é de conhecimento daqueles que estão no *chão da escola* que muitos desses profissionais já desempenham esse papel, porém são exceções, são os mesmos dos componentes curriculares que estão envoltos pelas ciências humanas e sociais aplicadas. É urgente que seja de todos, todas professoras, de todas as áreas para que se possa realmente pensar que a educação é para todos e todas.

Reitero que a discussão é incipiente neste trabalho e muito instigante. Nesse sentido fica o convite para que pessoas pesquisadoras da temática, para além de professores e professoras, e principalmente, aquelas que estão *do lado de fora* tomem a “voz” que são suas e aqui não é dada por este pesquisador por não possuir essa propriedade, onde me coloco como um aliado a tais lutas já que reconheço a situação de privilégio, com objetivo reconhecer “a importância dos espaços escolares para o enfrentamento da violência em relação a gênero e sexualidade” como alerta o professor Tiago (DUQUE, 2021, n/p).

REFERÊNCIAS

ABGLT. Nota da ABGLT sobre a retirada dos termos “orientação sexual” e identidade de gênero” da proposta da BNCC – Base Nacional Comum Curricular. Niterói, 2017.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo, subversão da identidade. 19.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

BUTLER, Judith. Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”. 2.ed. São Paulo: N-1 edições, 2020.

CRUZ, Elizabete Franco. Banheiros, travestis, relações de gênero e diferenças no cotidiano da escola. *Psicologia Política*. Vol. 11, N. 21, 2011, p. 73-90.

DUQUE, Tiago. *Prefácio*: “Eu acho uma boa ideia”. In: *Gênero, sexualidade e violências nos cotidianos escolares*. OLIVEIRA, Márcio de; PEIXOTO, Reginaldo (Orgs.). 1.ed. Curitiba: Editora Bagai, 2021.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. 23.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2013.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES DE OLIVEIRA, Megg Rayara. Nem ao centro, nem a margem! Corpos que escapam às normas de raça e de gênero. 1.ed. Salvador: Editora Devires, 2020.

GONÇALVES, Josiane Peres. O perfil profissional e representações de bem-estar docente e gênero em homens que tiveram carreiras bem-sucedidas no magistério. 2009. 233 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. Revista Ciências Sociais Hoje. ANPOCS, 1984, p.223-244.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Transfeminismo: teorias e práticas. 1.ed. Rio de Janeiro: Metanoia, 2014.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos. Brasília: EDA/FNB, 2012.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. Educação em revista. N.46. Belo Horizonte, 2007, p.201-2018.

MEC. Resumo técnico do estado de Mato Grosso do Sul. Censo da Educação Básica 2019. INEP/DEED, 2020. Disponível em:
<<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484154/Resumo+T%C3%A9cnico+do+Estado+do+Mato+Grosso+do+Sul+-+Censo+da+Educa%C3%A7%C3%A3o+B%C3%A1sica+2019/baee4384-4d46-4469-97cc-9f924845cb7f?version=1.0>>. Acesso em 14/10/2021.

PRECIADO, Beatriz. Quem defende a criança queer? 2013. Disponível em:
<<https://we.riseup.net/assets/123532/Preciado%2C+Beatriz+Quem+defende+a+crian%C3%A7a+queer%3F.pdf>>. Acesso em 17/10/2021.

PRIOTTO, Elis Palma; BONETI, Lindomar Wessler. Violência escolar: na escola, da escola e contra a escola. Rev. Diálogo Educ. V.9. N. 26. Curitiba, 2009, p. 161-179.

SANTOMÉ, Furjo Torres. As culturas negadas e silenciadas no currículo. *In:* Alienígenas na sala de Aula. SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). 11.ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2013, p. 155-172.

SAVIANI, Demerval. Escola e democracia. 42.ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2012.

SEFFNER, Fernando. (2009). Equívocos e armadilhas na articulação entre diversidade sexual e políticas de inclusão escolar. *In:* Junqueira, Rogério Diniz. (Org.), Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília:

Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Teoria cultural e educação – um vocabulário crítica. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

UNESCO. Orientações técnicas internacionais de educação em sexualidade: Uma abordagem baseada em evidências. UNESCO, 2019.

XAVIER FILHA, Constantina. Educação para as sexualidades, a igualdade de gênero e as diversidades/diferenças na educação das infâncias – questões a problematizar. *In: Sexualidades, gênero e diferenças na educação das infâncias*. XAVIER FILHA, Constantina (Org.). Campo Grande/MS: Ed. UFMS, 2012, p. 17-34.

YORK, Sara Wagner. TIA, VOCÊ É HOMEM? Trans da/na educação: des(a)fiando e ocupando os “cistemas” de Pós-graduação. Dissertação de mestrado entregue ao Programa de Pós-graduação em Educação – UERJ. Rio de Janeiro, 2020.